

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SANEAMENTO DE GOIÁS
S.A. (SANEAGO) EM 2016, 2017 E 2018**

*Carlos Augusto Lins de Barros¹
Cleomar Teles Macedo²*

RESUMO: O presente artigo buscou realizar a análise das demonstrações financeiras apresentando o resultado do desempenho econômico e financeiro da empresa entre 2016 a 2018. Inicialmente são apresentados conceitos e informações importantes para o entendimento do relatório final. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, que é um método qualitativo de investigação científica, com o acréscimo de uma metodologia específica da ciência contábil, a análise de balanço. Foram utilizados como material de pesquisa os relatórios contábeis apresentados, os relatórios da administração e da auditoria independente, as normas e legislação específica relativas a empresa, pesquisa histórica e, principalmente, a pesquisa bibliográfica. Por meio da técnica contábil de análise de balanços constatou-se que os índices de estrutura e financeiros tiveram melhora nos anos analisados, porém os índices econômicos de geração de riqueza não alcançaram tiveram o mesmo desempenho, mesmo com o lucro auferido no final de 2018. Conclui-se que a empresa precisa manter os crescimentos na liquidez e a diminuição do endividamento, procurar melhorar seus índices econômicos e aumentar os lucros para atingir os resultados esperado de uma Companhia com monopólio na área em que atua.

Palavras-chave: Auditoria independente. Relatório da administração. Relatório do Auditor. Balanço Patrimonial. Demonstrativo do Resultado do Exercício.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa realiza a análise das demonstrações financeiras da empresa SANEAGO nos anos de 2016 a 2018. As informações utilizadas, fornecidas pela empresa a toda a sociedade, são públicas e estão disponíveis para pesquisa no sítio institucional na rede mundial de computadores.

Esta análise, que é uma técnica advinda das ciências contábeis e que propicia informações sobre a situação econômica e financeira da empresa, é importante tanto para a empresa quanto para os investidores, sócios, fornecedores e instituições financeiras.

¹ Especialista em Auditoria e Perícia Contábil da Faculdade Alfredo Nasser. Auditor Fiscal de Tributos Estaduais da Secretaria de Estado da Economia de Goiás.

² Especialista – MBA em Finanças e Controladoria – Uni-anhanguera – GO. Graduado em Ciências Contábeis – Universidade Salgado de Oliveira – Universo-GO. Graduado em Administração e Gestão Econômica – Faculdade Ávila de Ciências Humanas e Exatas. Professor do curso de Ciências Contábeis na Faculdade Alfredo Nasser.

Será apresentado, inicialmente, conceitos e assuntos relacionados diretamente ao tema para facilitar o entendimento da conclusão da análise. Serão apresentados os dados da empresa que estão informados nas demonstrações financeiras anuais, serão feitas a reclassificação dos balanços e as análises da estrutura de capital, da rentabilidade e da financeira, finalizando com a apresentação do parecer em que são comparados os três anos com o resultado final do trabalho. O objetivo é verificar se houve evolução positiva nos resultados apresentados nos anos de 2016 a 2018.

Realizou-se utilizada a pesquisa teórica por meio de autores brasileiros de literatura contábil, que subsidiaram técnica e conceitualmente o trabalho, servindo como referência teórica para a análise técnica executada.

O artigo está estruturado em quatro partes: introdução, debate teórico com os temas da contabilidade e sua importância para as empresas, auditoria independente, analista contábil. A terceira parte apresenta as demonstrações financeiras utilizadas para a análise e a última parte, onde é apresentada a conclusão do trabalho.

A importância desta pesquisa está relacionada à relevância da SANEAGO para a população de Goiás no fornecimento de seus serviços e para o desenvolvimento social e econômico do Estado de Goiás. Logo, a análise crítica da situação das demonstrações financeiras da empresa é relevante tanto para o meio acadêmico, quanto para a sociedade em geral.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o conteúdo teórico deste artigo científico foram utilizados materiais bibliográficos de autores nacionais, os quais abordam temas diretamente relacionados ao assunto em questão, como relatórios contábeis e auditoria, mas com ênfase na análise das demonstrações financeiras.

2.1 Contabilidade e sua importância para as empresas

Os conceitos teóricos iniciam-se com a explicação sobre a importância da contabilidade para as empresas, de acordo com o Professor Marion:

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de

comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões. (MARION, 2015, p 03)

Esta importância para as empresas e seus administradores é destacada quando o mesmo autor afirma que “a Contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para tomada de decisões.” (2015, p.04) O mesmo autor é enfático quando afirma que “Não se podem tomar decisões sobre produção, marketing, investimentos, financiamentos, custos etc., sem a Contabilidade” (2015, p.04). Segundo os autores do Livro Contabilidade Introdutória:

Com os dois relatórios, qualquer pessoa interessada nos negócios da empresa tem condições de obter informações, fazer análises, estimar variações, tirar conclusões de ordem patrimonial e econômico-financeira, traçar novos rumos para futuras transações e, para tanto, é só praticar adequada técnica de Análise e Interpretação de Balanços e outros processos fornecidos pela Contabilidade. (IUDÍCIBUS et. al., 2010, p. 177)

2.2 Auditoria Independente

Empresas de grande porte, de acordo com o art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 11.638/2007³, são obrigadas a contratar auditoria externa ou independente para garantir a confiabilidade das informações contábeis. No entendimento do Professor Marion (2015, p 08); “Auditoria é o exame, a verificação da exatidão dos procedimentos contábeis. Auditor Independente: é o profissional que não é empregado da empresa em que está realizando o trabalho de Auditoria.”

A empresa de auditoria independente, após a conclusão dos trabalhos, emite o relatório de auditoria que é peça fundamental no início da análise constante nesse artigo, como ensinou Eliseu Martins (2018, p. 27); “Não se começa a olhar um balanço a não ser pelo parecer do auditor (agora chamado mais formalmente de Relatório do Auditor)”.

2.3 Analista Contábil

³ Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). ”

A contabilidade possui diversos profissionais em suas diversas áreas de atuação, o contabilista que faz a escrituração e os demonstrativos, o auditor que verifica e emite relatório sobre os dados contábeis e também o analista, que “analisa a situação econômico-financeira da empresa por meio dos relatórios fornecidos pela Contabilidade. A análise pode ter os mais diversos fins: medida de desempenho, concessão de crédito, investimentos etc.” (MARION, 2015, p.08). Como esclarecem os autores do livro *Análise Didática*

O papel crucial do contador é o registro das operações. Ele capta, organiza e compila dados contábeis. [...] Já os analistas partem das informações disponíveis nas demonstrações contábeis para chegar a informações que suportem a tomada de decisões. Ou seja, eles fazem o caminho inverso para chegar aos fatos econômico-financeiros relevantes à vida da empresa. (MARTINS et. al., 2018, p.02)

2.4 Demonstrações Financeiras

Para melhor compreensão dos instrumentos utilizados neste estudo, serão apresentadas de modo sintético, os relatórios e demonstrações, financeiros e contábeis, com o propósito de explicar o objetivo de cada um e facilitar o entendimento do relatório conclusivo. De acordo com o Manual de Contabilidade Societária, “uma das principais finalidades da Contabilidade é demonstrar periodicamente a situação patrimonial, financeira e de rentabilidade das empresas. ” (MARTINS et. al. 2010, p. 324)

2.5 Relatório dos Auditores Independentes

O primeiro relatório contábil gerado pela empresa de auditoria externa, contratada para opinar com total independência sobre as demonstrações que foram feitas pela equipe de contabilidade interna. Este relatório, para muitos autores, deve ser o primeiro a ser lido para a realização da análise das demonstrações contábeis, pois destaca os principais pontos de relevância, tanto positivos quanto negativos, detectados no exame feito pela auditoria. O Auditor Marcelo Almeida afirma que “o relatório do auditor independente, anteriormente denominado de parecer, representa o produto final do auditor. ” (2017, p.402). Acrescenta sobre a estrutura básica do relatório:

O relatório do auditor independente padrão compreende basicamente os seguintes parágrafos: a. Opinião. b. Base para opinião. c. Principais assuntos de auditoria (NBC TA 701). d. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor (NBC TA 720). e. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. f. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. (ALMEIDA, 2017, p. 402)

(...)

os objetivos do auditor independente são: a. Formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base na avaliação das conclusões alcançadas pelas evidências de auditoria obtidas. b. Expressar claramente essa opinião por meio de relatório por escrito. (ALMEIDA, 2017, p. 402)

2.6 Relatório da Administração

Um dos principais relatórios a ser estudado detalhadamente é o relatório emitido pela administração da empresa, conforme mencionam os autores do Manual de Contabilidade Societária,

Não faz parte das demonstrações contábeis propriamente ditas, mas a lei exige a apresentação desse relatório, que deve evidenciar os negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício, os investimentos em outras empresas, a política de distribuição de dividendos e de reinvestimento de lucros etc. (MARTINS et. al. 2013, p. 02)

É um relatório que esclarece detalhadamente para os sócios e comunidade sobre as principais ações gerenciais tomadas pela administração. Mesmo não sendo obrigatório, o analista contábil necessita de suas informações para melhor subsidiar suas conclusões.

2.7 BP - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é o mais importante demonstrativo gerado pela ciência contábil, possui informações fundamentais para se entender sobre a empresa sob análise. Por meio dos dados apresentados, pode-se fazer várias interpretações junto com outros demonstrativos para verificar a saúde financeira da empresa, o crescimento patrimonial e muitas outras informações.

O Balanço Patrimonial é uma das mais importantes demonstrações contábeis, por meio do qual podemos apurar a situação patrimonial e financeira de uma entidade em determinado momento, dentro de certas regras. Nessa demonstração, estão claramente evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade. (IUDÍCIBUS et. al., 2010, p. 16)

Além disso, “o Balanço é a demonstração contábil que tem por finalidade apresentar a situação patrimonial da empresa em dado momento, dentro de determinados critérios de avaliação. Por esse motivo, é chamado "Balanço Patrimonial". (IUDÍCIBUS et. al., 2010, p. 160).

Outro ponto a destacar sobre este relatório condensado é que ele finaliza a sequência dos lançamentos contábeis em determinado momento, para apresentar os três elementos do Patrimônio da empresa escriturada, que são o ativo, o passivo e o patrimônio líquido.

2.8 DRE - Demonstração do Resultado do Exercício

A DRE tem como principal característica apresentar os dados contábeis dinâmicos, como receitas, receitas, lucro e prejuízo.

A Demonstração do Resultado do Exercício, elaborada simultaneamente com o Balanço Patrimonial, constitui-se no relatório sucinto das operações realizadas pela empresa durante determinado período de tempo; nele sobressai um dos valores mais importantes às pessoas nela interessadas, o resultado líquido do período, Lucro ou Prejuízo. Ao mostrar como se formou o lucro ou o prejuízo, esclarece muitas das variações do patrimônio líquido, no período entre dois balanços. (IUDÍCIBUS et. al., 2010, p. 177)

A informação mais valiosa para o acionista está descrita neste demonstrativo; se houve lucro ou prejuízo no exercício. Além disso, a interpretação dos dados da DRE em conjunto com os dados do Balanço é fundamental para embasar o relatório do analista, pois um complementa o outro e apresentam a situação patrimonial, financeira e econômica da empresa.

2.9 DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A DFC é o relatório que demonstra a origem e a aplicação dos recursos no disponível (caixa e bancos). A origem vem do passivo (capital de terceiros) e do patrimônio líquido (capital próprio), valores que são investidos (aplicados) no ativo.

De forma condensada, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período, e, ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro. (MARION, 2015, p. 434)

Marion (2015, p.435) também observa que “A rigor, a intitulação DFC não é a mais correta, uma vez que englobamos as contas de Caixa e Bancos. Dessa forma, seria mais adequado denominar Demonstrações dos Fluxos de Disponível. ” Ou seja, todos os valores que fazem parte do disponível, os chamados equivalentes de caixa, que são investimentos de alta liquidez no curto prazo.

2.10 DVA – Demonstração do Valor Adicionado

O valor agregado ou o Produto Interno Bruto (PIB) da empresa é apresentado por meio da DVA. “A Demonstração do Valor Adicionado ou Valor Agregado evidencia para quem a empresa está canalizando a renda obtida” (MARION, 2015, p.495). Ou seja, o valor adicionado é o valor da renda agregada gerada pela sua atividade e o relatório demonstra onde foi aplicado esta renda.

Se subtrairmos das vendas todas as compras de bens e serviços, teremos o montante de recursos que a empresa gera para remunerar salários e acionistas, juros, impostos, e reinvestir em seu negócio. Estes recursos financeiros gerados levam-nos a contemplar o montante de valor que a empresa está agregando (adicionando) como consequência de sua atividade. O Valor Agregado corresponde ao PIB da empresa. A soma de todos os Valores Agregados das empresas daria o PIB do país. (MARION, 2015, p. 495)

2.11 DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração não obrigatória pela Lei das Sociedades por Ações (6.404/76), teve sua publicação exigida para as Companhias abertas em 1986, por meio da Instrução nº 59 da Comissão de Valores Mobiliários e de demais atos normativos posteriores que a tornou obrigatório para praticamente todas as empresas e substituiu a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, como melhor explicado no Manual de Contabilidade Societária:

Essa demonstração nunca foi obrigatória pela Lei nº 6.404/76, das Sociedades por Ações, mas sua publicação foi exigida pela CVM em sua Instrução nº 59/86, para as companhias abertas. Entretanto, é através da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 595/09 e tornado obrigatório para aplicação pelos demais profissionais pela Resolução CFC nº 1.185/09, que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) passa a fazer parte do conjunto completo de demonstrações contábeis. Tal demonstração, é nosso entendimento, passa a ser obrigatória para praticamente todas as empresas e substitui, de forma definitiva, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. (MARTINS et. al., 2013, p. 639)

Esta Demonstração que não é obrigatória pode fornecer informações valiosas para a administração da empresa pois apresenta a movimentação durante o exercício contábil, das diversas contas do Patrimônio Líquido, mostrando o fluxo de valores de uma conta para outra, indicando a origem e valor a maior ou a menor do Patrimônio Líquido. É importante também para compreender sobre os cálculos dos dividendos.

2.12 DLPA – Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados

A DLPA é obrigatória e é tão importante para o analista, quanto para os demais interessados, pois apresenta o detalhamento da conta Lucros e Prejuízos Acumulados. As distribuições dos lucros e todos os fatos relacionados são apresentados.

As causas e os efeitos, dos registros e do saldo, da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, são de grande importância para as pessoas interessadas na empresa. Mostram as retenções de lucros, as distribuições de lucros aos sócios, os ajustes de exercícios anteriores, saldos ainda não destinados etc. Daí a obrigatoriedade de elaboração da Demonstração dessa conta, desde o saldo inicial até o saldo final, apresentando sucintamente as operações registradas no exercício. (IUDÍCIBUS, 2010, p. 179)

2.13 DRA – Demonstração do Resultado Abrangente

As empresas devem apresentar além das informações contidas na Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente que apresenta dados que não foram reconhecidas na DRE. De acordo com o Pronunciamento Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 26, “[...] os outros resultados abrangentes compreendem: ”

- a) Variações na reserva de reavaliação quando permitidas legalmente.
- b) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão (benefícios e empregados)
- c) Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- d) Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda.
- e) Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de hedge de fluxo de caixa e outros. (MARTINS et. al., 2018, p 37)

O objetivo maior é detalhar informações que não estão no Resultado do Exercício e por sua complexidade e relevância, precisam ser apresentados em um demonstrativo.

2.14 Análise das Demonstrações Financeiras (Contábeis)

Conhecida nos meios contábeis como análise de balanços, atualmente, é mais adequado o termo análise das demonstrações financeiras, sendo um termo mais amplo pois esta técnica não se restringe somente ao balanço patrimonial, são analisados, caso necessário, todos os demonstrativos contábeis, além dos relatórios da administração, da auditoria

independente e de qualquer documento que forneça informações relevantes como atos normativos relacionados a empresa. Segundo Assaf Neto:

A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa. (ASSAF NETO, 2010, p. 35)

2.15 Balanço Patrimonial e DRE reclassificados

As informações constantes nos dois principais relatórios contábeis necessitam ser reclassificadas para fins de análise. Isto ocorre por diversos motivos: contas que estão agrupadas em grupo que não condiz com sua essência econômica, necessidade de homogeneizar e uniformizar as contas, ressalvas no relatório do auditor independente que demandam ajustes, por exemplo. “Assim, antes de utilizar qualquer técnica de análise, é necessário então preparar as demonstrações contábeis para serem analisadas. Tal preparação é feita por meio da padronização e simplificação das demonstrações.” (MARTINS, 2018, p 72)

No processo de simplificação, além da reclassificação, é importante fazer a síntese de certas contas, principalmente as de menores valores, este procedimento facilita o trabalho do analista pois racionaliza os dados a serem interpretados.

2.16 Análise da estrutura de capital

O relatório do analista é estruturado internamente em três partes principais, a análise da estrutura de capital, a análise da rentabilidade e a análise financeira. A primeira análise se utiliza de índices que “estabelecem relações entre as fontes de financiamento próprio e de terceiros. Visam evidenciar a dependência da entidade em relação aos recursos de terceiros.” (MARTINS, 2018, p. 119). Apresenta a composição das origens (Passivo e Patrimônio Líquido) e das aplicações (ativo) de recursos.

2.17 Análise financeira

Esta análise procura verificar a capacidade de pagamento da empresa por meio da interpretação dos índices financeiros, principalmente, os de liquidez e os relacionados ao capital de giro. “Os índices de liquidez apresentam a situação financeira de uma empresa

frente aos compromissos financeiros assumidos, ou seja, demonstram sua capacidade de arcar com as dívidas assumidas, o que em última instância, sinaliza a condição de sua própria continuidade.” (MARTINS et al., 2018, p. 106)

2.18 Análise da rentabilidade

O enfoque aqui é o aspecto econômico, a rentabilidade, principal objetivo a ser alcançado para propiciar a continuidade da empresa, sem ela a empresa pode acabar com suas atividades. Os índices procuram demonstrar o desempenho econômico da empresa, a capacidade de gerar lucros, tendo em vista as dificuldades e os riscos envolvidos.

“Os índices de rentabilidade, via de regra, relacionam os resultados obtidos pela empresa com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo, ou seja, valor de vendas, ativo total, patrimônio líquido ou ativo operacional.” (IUDÍCIBUS, 2009)

3 METODOLOGIA

O método qualitativo de estudo de caso foi utilizado neste trabalho, com o acréscimo da técnica de análise de balanço, que é uma metodologia específica da ciência contábil e que possibilita, por meio da análise de índices específicos, verificar a situação financeira e econômica da empresa.

Foram utilizados como material de pesquisa os relatórios contábeis apresentados, as normas específicas relativas à empresa, pesquisa histórica e, principalmente, a pesquisa bibliográfica, com ênfase nos manuais de Contabilidade e nas obras de destaque e atuais que versam sobre análise de balanços. A pesquisa também verificou os relatórios gerados pela companhia e pela auditoria independente, pois contém detalhadas informações sobre os números apresentados nas demonstrações contábeis.

No caso em estudo, pelo uso da técnica de análise de balanços, gerou-se os índices de estrutura de capital, financeiros e de resultado descritos abaixo no apêndice do artigo com suas respectivas fórmulas. Por meio destes índices, realizou-se a análise crítica para gerar o

relatório final deste artigo, versando sobre a situação econômico-financeira da empresa para o período delimitado como objeto de estudo.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Examinou-se os relatórios contábeis, o parecer da auditoria independente e o relatório da administração da empresa SANEAMENTO DE GOIÁS S.A., conhecida como SANEAGO, com o objetivo de fazer uma análise das demonstrações contábeis da companhia referentes aos exercícios financeiros de 2016 a 2018, por meio da técnica análise de balanços. A análise foi feita utilizando-se dos demonstrativos e relatórios públicos e não buscamos informações internas junto a empresa sob análise.

A empresa surgiu em 1967 por meio da Lei nº 6.680, transformando o Departamento Estadual de Saneamento – DES em empresa de economia mista.

De acordo com o descrito nas Notas Explicativas das demonstrações financeiras de 2017 e relatado abaixo, entendemos o que é a empresa, onde atua, suas obrigações e objetivo social:

A SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. – SANEAGO é uma sociedade de economia mista de capital aberto, sem ações em circulação e/ou negociação no mercado, constituída na forma da Lei Estadual nº 6.680 de 1967.

Compete à SANEAGO promover o saneamento básico no Estado. Cumprindo-lhe, especificamente efetuar estudos, elaborar projetos, realizar construções e praticar a exploração de serviços de água potável e de esgotos sanitários.

O objetivo social é explorar serviços de saneamento básico, mediante concessões, permissões ou autorizações; realizar pesquisa, lavra e comercialização de bens minerais, correlacionados com saneamento básico; fomentar e proteger o meio ambiente nos limites da legislação própria, mediante convênio e/ou colaboração com outros órgãos e prestar serviços técnicos especializados de saneamento básico. (GOIÁS, 2019)

A empresa tem a vantagem de ser um monopólio de um serviço essencial (saneamento) que abrange todo o Estado de Goiás, com grande faturamento e mesmo necessitando de investimentos para aumentar a cobertura de seus serviços em todo o Estado, possui reais condições de obter uma alta lucratividade anual. A Companhia em 2015 apresentou prejuízo em suas operações e possuía sérios problemas de gestão, apontados exaustivamente no relatório da auditoria independente de 2015, tendo como principais

exemplos, a falta de controle e a Operação Decantação⁴. A partir de 2016 foi verificado uma significativa melhora nos resultados e na gestão, como a implantação de *compliance*⁵ na Companhia buscando melhorar a transparência de seus atos perante os investidores.

Inicia-se o relatório pela análise da estrutura do patrimônio, que possui os seguintes pontos de destaque: No período analisado, a participação do capital de terceiros (endividamento) no patrimônio da empresa diminuiu em 2018, passando de um endividamento de 102%, superior ao capital próprio, para 75% em 2018, conforme gráfico abaixo. Ainda é um valor alto para esta empresa, demonstrando uma grande necessidade de endividamento por não ter capital próprio para financiar suas atividades operacionais. O grau de endividamento, segunda tabela abaixo, apresenta a diminuição da participação do capital de curto prazo no endividamento total, que passou de 30% para 22%.



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na empresa Saneago.

A quarta e quinta emissão anual de debentures⁶ possibilitou a redução da dívida de curto prazo e ajudou na diminuição acelerada da necessidade de capital de giro, diminuindo a concentração no curto prazo e alongando o perfil da dívida, refletindo uma tendência positiva.

⁴ A Companhia é objeto de investigação por parte da Polícia Federal e do Ministério Público Federal (MPF), na operação “Decantação”, a qual apura a existência ou não de irregularidades em licitações promovidas pela Companhia, caracterizadas por possíveis alinhamentos e sobre preços nos processos licitatórios, com possível superfaturamento em execuções de obras financiadas pelo PAC – Programa de Aceleração ao Crescimento e de financiamentos obtidos junto a instituições financeiras. (GOIÁS g. p. 05)

⁵ A palavra *compliance* vem do verbo *to comply*, da língua inglesa, que traduzido para o português significa “cumprir”. Conceitualmente, *compliance* pode ser definido como uma série de medidas internas a serem adotadas a fim de assegurar que todas as atividades da empresa sejam praticadas em conformidade com leis e regulamentos e, caso alguma violação seja identificada, dispor de meios para corrigi-la de forma eficiente e imediata. (BREDA, 2019)

O índice de imobilização do PL (patrimônio líquido) apresentou um grau elevado, mais de 100% do PL, de acordo com o gráfico acima, mas isto deve-se muito à característica da atividade desta empresa, o ativo intangível, R\$ 3.280.455.000,00 (GOIÁS, 2019b), maior valor do ativo não circulante, R\$ 3.587.511.000,00 (GOIÁS, 2019b) em 2018, possui um alto valor pois agrega todo o investimento nas concessionárias municipais do sistema de água e esgoto. O município de Goiânia representa mais de 30% nos investimentos⁷. Este índice está em decréscimo anual, passando de 167 em 2016 para 122 em 2018, demonstrado no gráfico acima.

A queda também é verificada no índice de imobilização dos recursos não correntes (PL e PNC: Passivo Não Circulante), demonstrando pelos dois índices, que está havendo menor investimento do capital próprio e dos recursos de longo prazo no ativo permanente, outra tendência positiva para a empresa. As tendências de queda nos índices de estrutura podem ser visualizadas no gráfico acima.

Em relação à análise financeira, nos três anos sob análise ocorreu uma melhora nos índices de liquidez e na necessidade de capital de giro. Em 2018 fatores como o aumento do ativo circulante em 11% e a diminuição do passivo circulante em 22% contribuíram para esta melhora, aliado a estes, o aumento do índice de liquidez corrente, que é o principal e mais utilizado índice para verificar a capacidade financeira da empresa, passou de 0,44 em 2016 para 0,92 em 2018, de acordo com o gráfico abaixo, significando que para cada um real de dívida no curto prazo a empresa tem cerca de 90 centavos para garantir o pagamento desta.

ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
2017	2018	%	2017	2018	%
422.297	468.539	11	655.440	506.998	-22

Fonte: (GOIÁS, 2019b)

Os índices de liquidez em 2016 e anos anteriores eram muito baixos, menos de 0,50 centavos para cobrir um real de dívida (gráficos abaixo). A liquidez geral apresenta

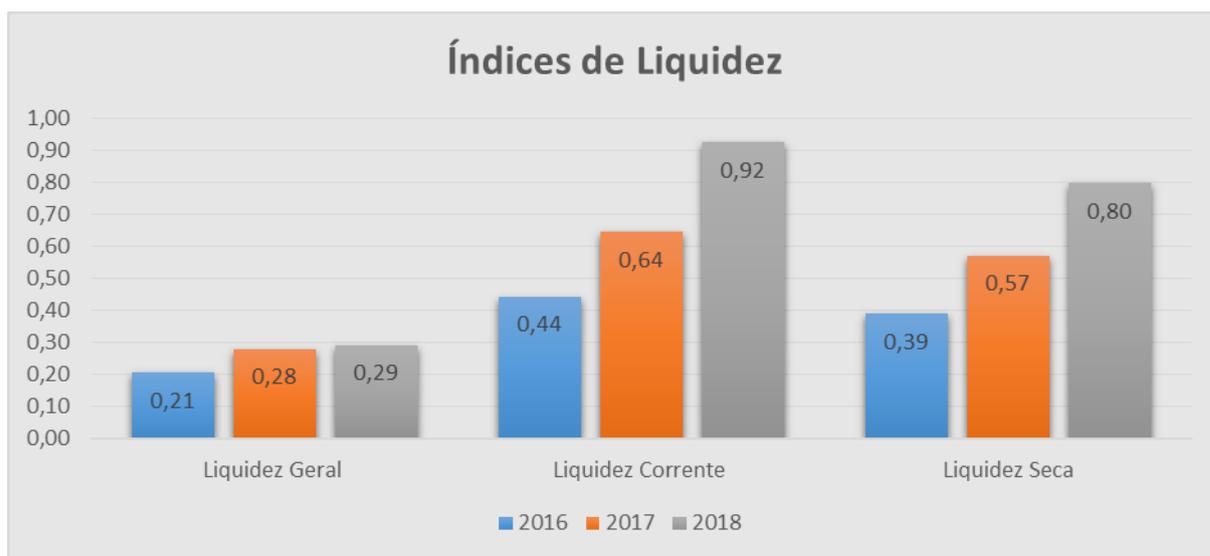
⁶ Em dezembro de 2017, fez-se instrumento particular de escritura da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em dezembro de 2018, fez-se instrumento particular de escritura da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. (GOIÁS, 2019d p. 28)

⁷ As operações da companhia estão concentradas no Município de Goiânia e representa 37,44% da receita bruta em 31/12/2018 e 31,88% do ativo intangível. (GOIÁS, 2019d, p. 02)

crescimento, mesmo que pequeno, demonstrando a melhora da capacidade financeira no longo prazo. A necessidade de capital de giro em 2016 e 2017, nos valores negativos de R\$ 174.673,00 e R\$ 149.944,00 (vide APÊNDICE), reforçam o desequilíbrio financeiro em anos anteriores.

O gráfico abaixo apresenta os principais índices e demonstram claramente o crescimento na capacidade de pagamento aos credores, tanto no curto quanto no longo prazo.

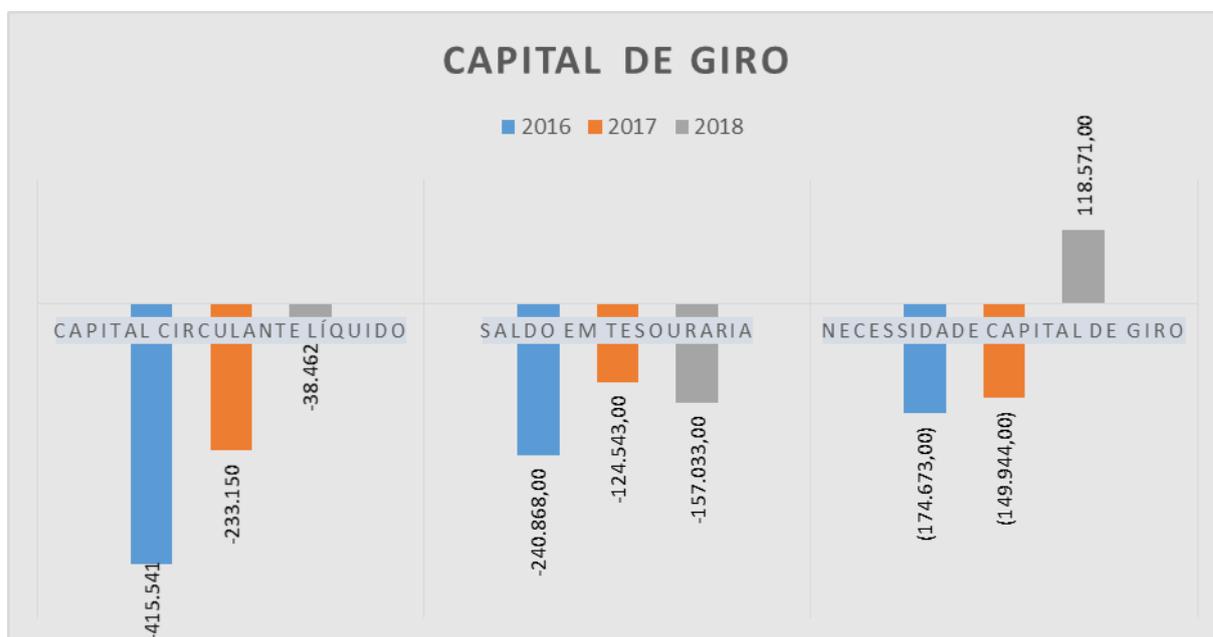


Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na empresa Saneago.

A análise do capital de giro complementa a análise financeira, os valores estão descritos no apêndice do trabalho. O Capital Circulante Líquido que é a diferença entre os ativos e passivos circulantes, apresentou valores negativos. O Saldo em Tesouraria com os valores também negativos e o índice que representa a Necessidade de Capital de Giro, com valores negativos em 2016 e 2017 e positivo somente em 2018, demonstram que a empresa se utiliza muito de capital de terceiros para se financiar, mas também refletem o esforço para ter uma posição financeira saudável, conforme demonstra o gráfico abaixo com tendência positiva, mas com valores negativos.

Os índices financeiros de liquidez demonstram significativa melhora nos anos sob análise, mas ainda estão abaixo do mínimo necessário para garantir a liquidez da empresa. Os índices de capital de giro também apresentaram tendência positiva, porém com quase todos os valores negativos. Como se trata de uma empresa com monopólio, que deveria ter uma excelente liquidez, baixo endividamento no curto prazo e um bom capital de giro disponível, todos os índices financeiros deveriam ser bem melhores. O que deve ser destacado são as

tendências positivas apontadas pelos gráficos que apontam melhoria em todos os aspectos financeiros da Companhia.



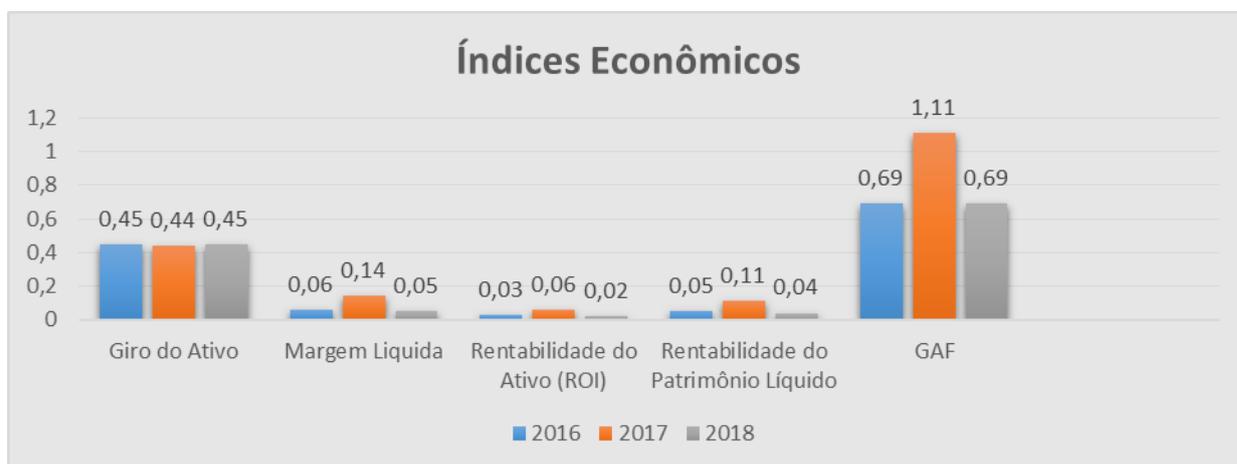
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na empresa Saneago.

A terceira e última análise que será apresentada neste artigo é a da rentabilidade, o desempenho econômico da Companhia. Conforme já foi informado, a SANEAGO possui o monopólio do abastecimento de água e esgoto do Estado de Goiás. A empresa atende a 96,90% do abastecimento de água e a 59,80% do abastecimento do esgoto no Estado (GOIÁS, 2019f, p. 01).

O faturamento líquido em 2017 teve um crescimento de 8,28% em 2017 (GOIÁS, 2019e, p. 03) em relação a 2016, devido principalmente ao reajuste tarifário autorizado pela AGR (Agência Goiana de Regulação) de 6,27% e um crescimento de 4,26% no faturamento líquido em 2018, com o reajuste autorizado pela AGR de 3,37% (GOIÁS, 2019e, p. 02). Foi verificado que as receitas financeiras são insignificantes em relação ao total da receita bruta, demonstrando o foco da empresa na atividade operacional. As provisões não aparecem no Balanço Patrimonial pois as contas estão com seus valores líquidos, por este motivo, não iremos nos ater aos valores provisionados.

Pela análise dos principais índices econômicos apresentados abaixo, observa-se um crescimento em 2017 e uma queda em 2018. As quedas em 2018 geraram inclusive índices inferiores a 2016, o que representa uma dificuldade em gerar as riquezas de modo crescente e

estável. O fato do percentual de faturamento de 2017 em relação a 2016 ter sido maior que o de 2018 em relação a 2017, pode ter influenciado na queda dos índices de 2018.



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na empresa Saneago.

Ao se detalhar os índices, a Rentabilidade do PL, que é um índice muito importante pois demonstra quanto a empresa tem de lucro para cada R\$ 1,00 (Hum) real de capital próprio investido no exercício, possui valores positivos, principalmente em 2017, mas ainda baixos para o setor e com uma queda acentuada em 2018.

A rentabilidade do ativo, mais conhecida como ROI “*return on investment*” representa o quanto de lucro a empresa obtém a cada R\$ 1,00 (Hum) real com seus investimentos, conforme demonstrado no gráfico acima, os valores são baixos e em 2018 foi de apenas R\$ 0,02. O Giro do ativo permaneceu estável no período analisado, sem tendência de crescimento e a Margem líquida que representa quanto de lucro a Companhia obtém para cada R\$ 1,00 (Hum) real vendido, teve um bom índice em 2017 e seria importante continuar com este crescimento para gerar lucros adequados ao ramo de atividade da Companhia, porém a queda brusca em 2018 foi um ponto de destaque negativo.

O GAF (Grau de Alavancagem Financeira) apresentou apenas em 2017 um valor que demonstrou um pequeno retorno acima do R\$ 1,00 (Hum) real investido pela empresa, mas assim como os demais indicadores, teve forte queda em 2018. O EBITDA⁸ que é um índice que representa possibilidade de geração de riqueza, apresentou significativo crescimento em 2018 em relação ao ano anterior, passando de R\$ 362.875 em 2017 para R\$ 495.436 em 2018.

⁸ A fórmula utilizada para o cálculo do indicador e os valores, estão descritos no APÊNDICE no final do trabalho.

Para sendo dentre os indicadores econômicos, este, foi o único que apresentou desempenho positivo em 2018 e pode significar uma melhor rentabilidade nos próximos anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos dados apresentados, pode-se concluir que em relação à estrutura de capitais, a SANEAGO melhorou seu grau de endividamento, alongando o perfil da dívida do curto para o longo prazo. A imobilização tanto do Patrimônio Líquido, quanto dos recursos correntes apresentou queda, o que é muito positivo, tendo em vista a característica da Companhia de ter um intangível de valor extremamente elevado. Os índices de liquidez foram os melhores e estão com tendência de crescimento positivo, mas com a observação sobre o capital de giro que somente foi positivo em 2018. Espera-se que esta seja uma tendência e que a Companhia permaneça com recursos para cobrir suas obrigações.

O ponto de maior atenção recai sobre os resultados econômicos. A Companhia mesmo sendo um monopólio, apresenta dificuldades para aumentar sua rentabilidade nos próximos anos. O lucro obtido em 2018 é um bom sinal aliado ao crescimento do EBITDA, porém os demais indicadores econômicos tiveram um bom crescimento em 2017 e uma queda em 2018.

É necessário que nos próximos anos ocorra a melhora dos índices que não estão com tendência de crescimento, principalmente os de rentabilidade, para que se inicie uma tendência de crescimento positivo e constante do lucro, que é o esperado de uma empresa com o monopólio no fornecimento de água e esgoto no Estado de Goiás e que possui grande potencial de retorno para seus acionistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Lei nº 6.404/1976**. Brasília-DF: Imprensa Oficial, 1976.

BREDA, Zulmir Ivânio. **Compliance**: um caminho para a governabilidade. Disponível em: <www.cfc.org.br/destaque/compliance-um-caminho-para-a-governabilidade>. Acesso em 01jun.2019.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução Normativa nº 59**. Brasília-DF: Imprensa Oficial, 1986.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Pronunciamento CPC nº 26**. Brasília-DF: Imprensa Oficial, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.185**. Brasília-DF: Imprensa Oficial, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS et al. **Contabilidade Introdutória**/ equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP; coordenação Sérgio de Iudícibus. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2009.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton; MIRANDA, Gilberto. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2018.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton; MIRANDA, Gilberto. **Análise avançada das demonstrações contábeis**: uma abordagem crítica. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2018

MARTINS et. al. **Manual de Contabilidade Societária** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Outros autores: Ernesto Rubens Gelbcke, Ariovaldo dos Santos, Sérgio de Iudícibus FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FEA/USP

WALTER, Milton Augusto. **Introdução à análise de balanços**. 6. ed. São Paulo: Saraiva. 1988.

GOIÁS (Estado). **Lei nº 6.680/1967**. Goiânia-GO. Imprensa Oficial. 1967a.

GOIÁS (Estado). SANEAGO. **Balço Patrimonial de 2018**. <www.saneago.com.br>. Acesso em 15.jun.2019b.

GOIÁS (Estado). SANEAGO. **Notas Explicativas de 2017**. Disponível em: <www.saneago.com.br>. Acesso em 01.jun.2019c.

GOIÁS (Estado). SANEAGO. **Notas Explicativas 2018**. <www.saneago.com.br>. Acesso em 15jun.2019d.

GOIÁS (Estado). SANEAGO. **Relatório da Administração de 2017**. <www.saneago.com.br>. Acesso em 15.jun.2019e.

GOIÁS (Estado). SANEAGO. **Relatório da Administração de 2018**. <www.saneago.com.br>. Acesso em 15.jun.2019f.

GOIÁS (Estado). SANEAGO. **Relatório dos Auditores Independentes de 2015**. <www.saneago.com.br>. Acesso em 15.jun.2019g.

APÊNDICE - Apresentação de Dados - Indicadores Econômicos Financeiros

Natureza	Denominação do indicador	Fórmula do indicador	Exercícios		
			2016	2017	2018
Estrutura de capitais	Participação de capitais de terceiros (endividamento)	$\frac{\text{CT / PL}}{\text{Capitais de Terceiros X 100}} \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	102,36	77,86	75,24
	Composição do endividamento (Grau de endividamento)	$\frac{\text{PC / CT}}{\text{Circulante X 100}} \frac{\text{Capitais de terceiros}}{\text{Passivo}}$	32,33	32,13	22,99
	Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{AI / PL}}{\text{Ativo Imobilizado X 100}} \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	167,63	135,16	122,40
	Imobilizado dos recursos não correntes (LP)	$\frac{\text{ANC / PL + PNC}}{\text{Ativo Imobilizado X 100}} \frac{\text{Patrimônio Líquido + PNC}}{\text{Patrimônio Líquido + PNC}}$	99,03	88,43	77,49
Financeiro	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circul. + Realiz. Longo Prazo}}{\text{Passivo Circul. + Exigível Longo Prazo}}$	0,21	0,28	0,29
	Liquidez Corrente	$\frac{\text{AC/PC}}{\text{Ativo Circulante}} \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,44	0,64	0,92
	Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante - Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,39	0,57	0,80
	Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disp.+Tit.Rcber+Out. Ativ. de Rap.}}{\text{Convers Passivo}} \frac{\text{Circulante}}{\text{Circulante}}$	0,05	0,12	0,09
	Capital Circulante Líquido	AC - PC	-415.541	-233.150	-38.462
	Saldo em Tesouraria	ST=AC (financeiro) - PC (financeiro)	-240.868,00	-124.543,00	-157.033,00
	Necessidade de capital de giro	$\frac{\text{Ativo}}{\text{Circul. Operac - Pas. Circul. Operac.}}$	-174.673,00	-149.944,00	118.571,00
Rentabilidade ou Resultado	Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas}}{\text{Liquidas Ativo}}$	0,45	0,44	0,45
	Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$	0,06	0,14	0,05
	Rentabilidade do Ativo (ROI)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}}$	0,03	0,06	0,02
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$	0,05	0,11	0,04
	EBITDA	Receitas - CMV - Despesas Operacionais + Depreciação/Amortização - Provisões ⁹	371.527	362.875	495.436
	GAF	$\frac{\text{LL/PL}}{\text{LL + Desp. Financ. /Ativo}}$	0,69	1,11	0,69

Fonte: MARION, 2009, adaptado pelo autor.